



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: XIII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Dandaras da periferia: negritude e território nos atendimentos do PIM PIA
<b>Autores</b>	PATRICIA DA SILVA PEREIRA ANDRESSA RODRIGUES DUARTE BARBARA SALGUEIRO
<b>Orientador</b>	MÁXIMO DANIEL LAMELA ADÓ

**RESUMO:** Este texto apresenta as reflexões iniciais sobre um Projeto elaborado para qualificar o trabalho nas visitas domiciliares do *Programa Primeira Infância Melhor Porto Alegre/PIMPIA*, observando o recorte étnico-racial, nos aspectos culturais e de acesso aos bens sociais. O Programa PIM PIA atua desde 2004 no município de Porto Alegre/RS, realizando visitas domiciliares a famílias com gestantes e crianças de zero a seis anos incompletos (com prioridade às crianças de até quatro anos incompletos), para promover o desenvolvimento integral, formação de vínculos familiares e acesso aos bens e serviços sociais das onze comunidades atendidas. Uma das especificidades destes atendimentos é o chamado “*PIM na Diversidade*”, um recorte do Programa que leva em conta o contexto cultural dos cidadãos Negros, Indígenas e Quilombolas, suas maiores dificuldades em acessar os serviços públicos de qualidade, o racismo estrutural brasileiro e o processo de exclusão social residual do período de colonização escravagista nacional. Atende as premissas básicas das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais Nacional, que apontam para que toda a educação de crianças e jovens, bem como dos futuros Professores, nos espaços institucionalizados ou não, deva ser orientada por um processo de equidade racial, com espaço para atividades que contribuam para a ampliação da autonomia dos sujeitos, reconhecendo sua história, pertencimento e contribuições para formação histórico-social da população brasileira. Além disto, leva em conta o patrimônio cultural transgeracional dos povos tradicionais, sua forma de manutenção deste patrimônio a partir do aprender-fazendo e da Oralidade, representatividade e organização familiar diferenciados. Nesta perspectiva, nos questionamos: o quantitativo de famílias atendidas no PIM PIA, a partir do quesito raça/cor, comparado ao local onde residem e sua condição financeira e de gênero, são estatisticamente próximos ao da população da cidade (IBGE 2010)? Na segunda etapa, a pesquisa de campo, pretendemos entrevistar mães em famílias afrocentradas, mulheres negras e/ou com filhos negros, buscando compreender como estas relações raciais influem na forma de educar suas crianças; se está presente a consciência da racialidade na construção identitária destas famílias e como lidam se/quando surgem as questões de racismo e o quanto elas acreditam que essas questões influenciam na educação das crianças. Na terceira fase do Projeto, então, pretendemos propor estratégias e ações que levem em consideração os traços histórico-culturais raciais, que possam agregar à Metodologia básica do Programa, como atividades lúdicas afrocentradas que tragam a lume o debate e conscientização da influência racial nas suas condições básicas de existência e exercício de cidadania. Tal proposta baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais/ERER, a partir do que é preconizado pelo Conselho Nacional de Educação, em seu Parecer nº 001/2004, onde orienta que os sistemas de ensino devem incentivar pesquisas sobre processos educativos, institucionais ou não, orientados por valores, concepções de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. Nas análises iniciais dos dados de atendimentos das famílias do PIM PIA, nestes treze anos analisando a população residente nos bairros atendidos, encontramos indicadores percentuais de negros (Pretos e Pardos) cadastrados em nossas comunidades, superior aos indicadores de residência pesquisados pelo IBGE e analisados pelo ObserPOA/PMPA. Somando os percentuais de Negros nestes bairros, temos 6,67% dos Negros da capital residindo nestes locais, mas em nossos atendimentos temos 24,97% de pessoas Negras (Gestantes e crianças) nas famílias atendidas (mais de 3.700 cadastros para visitação semanal). Em média, os indicadores da população Negra, nestas Comunidades, é entre 21% e 41% dentre os ali residentes, ou seja, quase o dobro dos indicadores do IBGE (20,24% da população total declara-se Preta ou Parda). Em tais amostras, inferimos que as famílias colocadas em situação de vulnerabilidade social, encontram-se no recorte étnico-racial mais excluído socialmente, pois os moradores mais pobres e sem acesso aos serviços sociais se reconhecem como Negros, mesmo em uma cidade tão Branca como Porto Alegre/RS. Estas Comunidades têm, também, os mais baixos índices de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da capital, que conforme apontado na última pesquisa (Maio/2017) é a capital mais desigual para Negros no país. A partir destes dados, e inspiradas em CARNEIRO (2000), podemos inferir que raça e pobreza são conceitos que, sem políticas públicas específicas, acabam por nos fazer compreender que, no Brasil, pobreza tem cor!